

Política

— CRISE —

O fim de semana foi dos mais movimentados em Brasília: reuniões no palácio da Alvorada, na península dos Ministérios e em apartamentos de parlamentares. Mas de nenhuma parte veio qualquer sinal de acordo sobre a votação do sistema de governo, marcada para amanhã.

Dias agitados em Brasília

Brasília viveu ontem um dos seus mais movimentados fins de semana na área política, com seguidas reuniões no Palácio da Alvorada, na península dos Ministérios e em alguns apartamentos de parlamentares no Plano Piloto. Mas o dia terminou, ontem, sem que se chegasse a um acordo em torno do mais controverso tema da Constituinte — o sistema de governo — que estará em votação amanhã. Houve endurecimento de posição de um lado e de outro. O parlamentarismo é golpe: é a única forma de o dr. Ulysses assumir o poder — afirmou o líder do PFL, deputado José Lourenço. "Não negociamos o parlamentarismo com cinco anos para Sarney" — declarou, por sua vez, o líder do PMDB, Mário Covas. A impressão dominante nos meios políticos, contudo, é de que as portas não estão fechadas para um acordo.

Sábado, o dia começou com reunião na residência oficial do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, na península dos Ministérios, com a participação do relator Bernardo Cabral e do secretário-geral da Mesa, Paulo Afonso Martins de Oliveira. Foi para um exame geral da matéria que ainda está por ser votada e para uma avaliação das questões que poderão surgir quando o plenário for chamado a decidir, amanhã à tarde, sobre o sistema de governo: se será mantido o presidencialismo ou se prevalecerá o parlamentarismo, proposto pelo projeto da Comissão de Sistematização e aperfeiçoado por uma emenda assinada pelo deputado Egidio Ferreira Lima (PDMB-PE) e por mais 140 constituintes.

Mais tarde, Ulysses Guimarães saiu acompanhado do relator e se dirigiu à casa de um dos seus vizinhos, o ministro-chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes. Queria certamente saber o pensamento dos militares. Ambos voltaram visivelmente desanimados, com Ulysses lembrando que sempre foi presidencialista e que é preciso adotar a solução que mais atenda aos interesses do País.

À tarde, ainda no sábado, enquanto o líder Mário Covas reunia

em seu apartamento um grupo de parlamentares, entre os quais Egidio Ferreira Lima (PMDB-PB), José Richa (PMDB-PR), Pimenta da Veiga (PMDB-MG), Euclides Scalco (PMDB-PR), Antonio Brito (PMDB-RS), Paulo Macarini (PMDB-SC) e Artur da Távola (PMDB-RJ), "para avaliar a situação", o Palácio do Planalto distribuía à imprensa uma nota do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, reafirmando sua posição em favor do presidencialismo e de cinco anos de mandato para o presidente Sarney e desautorizando as declarações do deputado José Geraldo (PMDB-MG), segundo as quais aceitaria o parlamentarismo com cinco anos para Sarney.

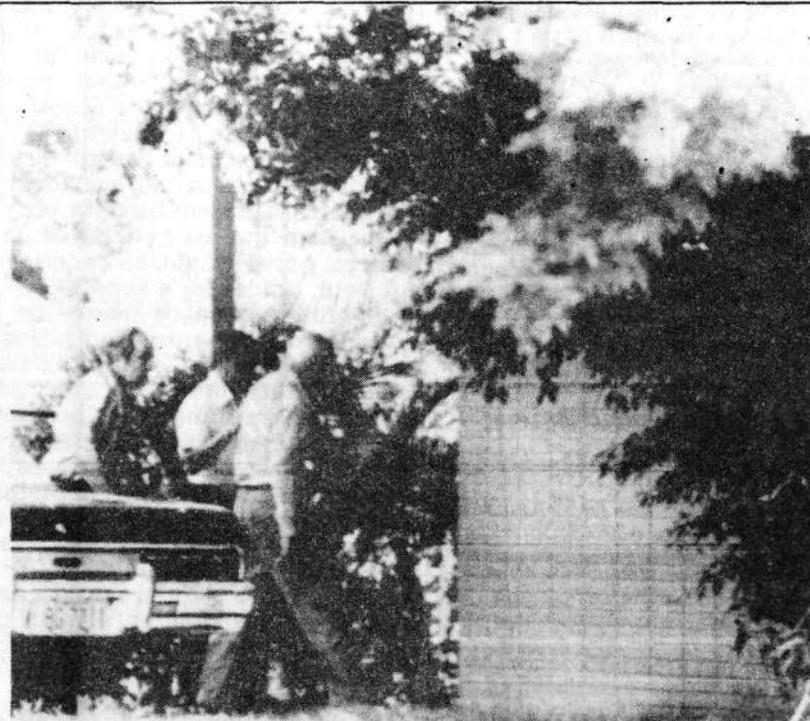
O dia terminou com o antecipado retorno do presidente Sarney, que deveria passar todo o final de semana descansando numa fazenda no Pantanal mato-grossense.

Sarney retornara para assumir o comando da ofensiva presidencialista ou para orientar as negociações. Ontem, sua primeira providência foi reunir, de manhã, no Palácio da Alvorada, os ministros Ivan de Souza Mendes e Ronaldo Costa Couto e os líderes José Lourenço e Carlos Sant'Anna. Foi ao sair dali que José Lourenço afirmou ser o parlamentarismo "um golpe" para dar o poder a Ulysses.

"É decisão irreversível do presidente, de seus ministros, de todos os líderes, e de todos os constituintes que apóiam o governo — assinalou — votar pelo presidencialismo e pelo mandato de cinco anos. Quanto a isso, não haverá nenhuma alteração. O presidente está inflexível nessa posição. Só aceita o presidencialismo e o mandato de cinco anos".

"Quando lhe disseram que o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, defende a implantação do parlamentarismo com o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, ele respondeu:

"Isto é da responsabilidade do doutor Ulysses, um constituinte que tem voto igual a todos nós. Estou surpreso porque ele é presidencialista. Como se trata de um jo-



Ulysses e Cabral chegam à casa do general Ivan Mendes

vem, pode ter mudado. Eu, porém, que sou mais velho, não mudei".

Ulysses: "vamos votar"

Mais ou menos à mesma hora, o líder Mário Covas recebia em seu apartamento, na asa sul do Plano Piloto, a visita do presidente da Constituinte. Conversaram por mais de uma hora. Ulysses saiu visivelmente contrariado e fazendo sinais para os repórteres de que não falaria nada. Como os repórteres insistissem, disse: "Não falo nada sobre sistema de governo. Vamos votar na terça-feira".

Mário Covas, por sua vez, manteve a sua posição: "Não negociamos o parlamentarismo com cinco anos para Sarney" — afirmou acrescentando ser "extremamente difícil negociar um acordo em torno do sistema de governo". "A questão terá de ser decidida no voto" — acrescentou. Na sua

opinião, a votação desse ponto do projeto poderá prolongar-se por toda a semana. E depois observou: "Podem decidir por presidencialismo ou parlamentarismo. Tudo bem. Mas os quatro anos para Sarney são uma reivindicação do povo".

Ulysses voltou para a península dos ministérios e ali passou quase todo o resto do dia em sucessivas reuniões.

O primeiro a chegar foi Luís Henrique, às 13h15. O ministro da Ciência e Tecnologia afirmou acreditar num acordo em torno do parlamentarismo com mandato de cinco anos. Para Luís Henrique, a aprovação dos cinco anos não provocará reações iradas e descontentamento por parte da população, como alguns prevêm. "O povo vai entender os cinco anos, da mesma forma que entendeu a eleição de Tancredo Neves via colégio eleitoral. O povo sem-

pre tem se mostrado compreensivo." Afirma Luís Henrique. "Às 14h15, chegava Almir Pazzianotto e dez minutos depois Celso Furtado, que comentou as afirmações do deputado José Lourenço pela manhã sobre a impossibilidade de um acordo: "Quase sempre nas vésperas de uma votação importante, cada grupo defende radicalmente suas posições".

Por volta das 15 horas, chegava à casa de Ulysses o ministro da administração, Aluizio Alves. Aluizio não encontrou o presidente da Constituinte em casa, mas não seguiu para a casa de Renato Archer. Manobrou seu Galaxie oficial e voltou para casa.

Ulysses Guimarães permaneceu na casa de Archer até às 16h30, quando voltou para a sua residência, que fica ao lado, pelo gramado, protegido por um guarda-chuva. Alguns minutos depois, saíram Celso Furtado e Almir Pazzianotto ao mesmo tempo. Os ministros não comentaram o teor da conversa, que segundo Pazzianotto teria girado em torno "da carne e da massa que comemos e do vinho que bebemos".

Enquanto se realizavam essas reuniões na residência de Ulysses, outros líderes políticos faziam declarações à imprensa:

"O governo está nitidamente dividido. De um lado, Antônio Carlos Magalhães e Prisco Viana que não querem entendimento. Do outro, Renato Archer, Luís Henrique e o próprio Borges da Silveira que estão dispostos ao acordo."

A informação é do deputado Egidio Pereira Lima (PMDB-PE), autor da emenda que institui o regime parlamentarista de governo.

Para ele "não há acordo. O governo está fazendo o que já fez antes, quando do funcionamento da Comissão de Sistematização. Atua em duas frentes: numa, diz que quer acordo. Noutra, se nega a qualquer entendimento".

"Mantemos a posição que sempre adotamos: pelo presidencialismo e pelo mandato de cinco anos", afirmou ontem, o líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna. Ele nega, categoricamente, qualquer possibilidade de acordo em torno da

implantação do parlamentarismo e do mandato presidencial de cinco anos.

"É tudo balela. Tudo rebate falso. Não existe este acordo", garantiu.

Indagado sobre as perspectivas de vitória de suas teses, respondeu "são boas, vamos vencer tanto no tocante ao sistema de governo quanto no que diz respeito aos cinco anos".

Quando o repórter lhe perguntou se o governo federal e os governadores, ligados ao presidente José Sarney, estavam mobilizados em torno da batalha parlamentar, a ter início amanhã, Sant'Anna respondeu apenas: "Eu estou mobilizado".

Barganhar, não

O presidente José Sarney disse ao presidente do senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), que não autorizou nenhum acordo em torno do parlamentarismo com cinco anos de mandato para ele, e que não pretende barganhar sua posição — que continua sendo a presidencialista com cinco anos — nem interferir na Constituinte. Sarney disse, ainda, que respeita qualquer decisão da Constituinte.

A conversa do presidente José Sarney com Humberto Lucena (reproduzida pelo senador, ontem) foi às 19 horas do sábado, logo depois que o presidente retornou de um descanso na fazenda de Sebastião Camargo, no interior do Mato Grosso. Humberto Lucena disse que o presidente lhe repetiu, de certa forma, o que o ministro-chefe do gabinete civil, Ronaldo Costa Couto, lhe havia dito.

Da sua parte, o senador Humberto Lucena, principal autor da emenda presidencialista que começará a ser votada amanhã, pelo plenário da Constituinte, informou ao presidente Sarney que a emenda presidencialista tem grandes chances de ser aprovada, segundo os cálculos. Lucena esclareceu, ainda, que não está numa posição governista, apenas sua posição coincide com as expectativas do presidente da República.

Ary Ribeiro/Antonio Anais